

Brasil paga US\$ 1,3 bilhão a credores

Governo começa a pagar empréstimo tomado durante a crise do real, que serviu para afastar risco de novos ataques especulativos

Das Agências Estado e Folha

O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer, anunciou ontem que o governo brasileiro vai pagar 30% da primeira parcela dos empréstimos de emergência feitos pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) e pelo Banco do Japão, que vencem no dia 18. O total a ser pago, segundo Gleizer, será de US\$ 1.367 bilhão, sendo US\$ 1,2 bilhão do BIS e US\$ 117 milhões do Banco do Japão. Em contrapartida, o governo vai rolar uma outra parcela de US\$ 3.173 bilhões por seis meses.

O diretor disse que não interessava ao Brasil amortizar integralmente essa parcela porque o cenário internacional ainda inspira alguma cautela e, também, porque o mercado poderia interpretar o ato como um "gesto de arrogância". Ele esclareceu ainda que não se trata de uma antecipação de pagamento. O dinheiro serviu para proteger o real de ataques especulativos durante a crise cambial do início do ano.

No caso de uma antecipação, explicou o diretor, o Brasil seria obrigado a antecipar o pagamento da primeira parcela já liberada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem prazo de vencimento de um ano. Uma missão do Fundo, chefiada por Teresa Ter-Minasian, ficará até o dia 17 no país. Ontem, Teresa se encontrou com a secretária da Administração e do Patrimônio, Cláudia Costin. Na reunião,

os técnicos do Fundo coletaram informações sobre os gastos da União e dos estados com servidores.

Perguntado se a amortização da parcela do BIS e Banco do Japão implicaria a não realização do saque da terceira parcela a ser liberada pelo Fundo, Gleizer afirmou que não há essa vinculação. Mas admitiu que existe a possibilidade de o Brasil abrir mão de sacar a terceira parcela do empréstimo do FMI.

A decisão do diretor dependerá das negociações em curso com o Fundo e do desenvolvimento da conjuntura econômica internacional. Ele disse também que, provavelmente, o Brasil fará uma nova emissão de títulos no exterior ainda no primeiro semestre.

NEGOCIAÇÃO

Ele também informou que ainda não está decidido se a operação será em euros. Apesar de reconhecer a importância do lançamento de títulos na Europa, Gleizer comentou que há a possibilidade de fazer uma negociação em dólar. Neste caso, a operação poderia envolver a troca de títulos do tipo Brady (da dívida externa brasileira), que são mais sensíveis a um cenário de crise.

O diretor do BC anunciou ainda que as operações de câmbio registradas no Banco Central a partir de hoje poderão ser liquidadas em até 30 dias. Ele explicou que atualmente a liquidação de um contrato de câmbio dessas operações tem de ser feita em até dois dias.

André Corrêa



Costin (D) com Teresa (E): missão do Fundo Monetário Internacional quer saber detalhes sobre os gastos da União e dos estados com servidores

A idéia, segundo ele, foi adaptar a regra ao novo regime de câmbio flutuante adotado no início deste ano. Ele também disse esperar que, com a medida, os movimentos de mercado sejam "suavizados", com oscilações menores da taxa de câmbio de um dia para o outro. "Queremos que o mercado nos ajude a suavizar essa movimentação do câmbio", afirmou Gleizer.

Ele explicou ainda que as operações de câmbio não registradas no Banco Central continuam tendo prazo de liquidação de dois dias. Ele lembrou que no caso dos contratos de câmbio para exportações já havia um esquema de liquidação futura.

Paralelamente, o governo determinou, por meio da Medida Provisória 1.829, que, no caso de uma operação de câmbio contratada e

não liquidada no prazo de 30 dias, será aplicada uma multa equivalente ao rendimento da Letra Financeira do Tesouro (LFT) menos a variação cambial e a taxa Libor (taxa de juros inglesa).

No caso dos investimentos feitos por meio do Anexo 4, o diretor explicou que as operações de câmbio, nesses casos, podem liquidadas em até três dias. A preocupação, segundo o

diretor, foi eliminar o descasamento existente atualmente entre o prazo da liquidação do contrato de câmbio e o do resgate dos investimentos em ações de empresas brasileiras. "O resgate dos investimentos em ações ocorre em três dias e a liquidação de câmbio era feita em dois dias", explicou. "Isso provocava um descasamento que nós estamos eliminando", afirmou o diretor do BC.